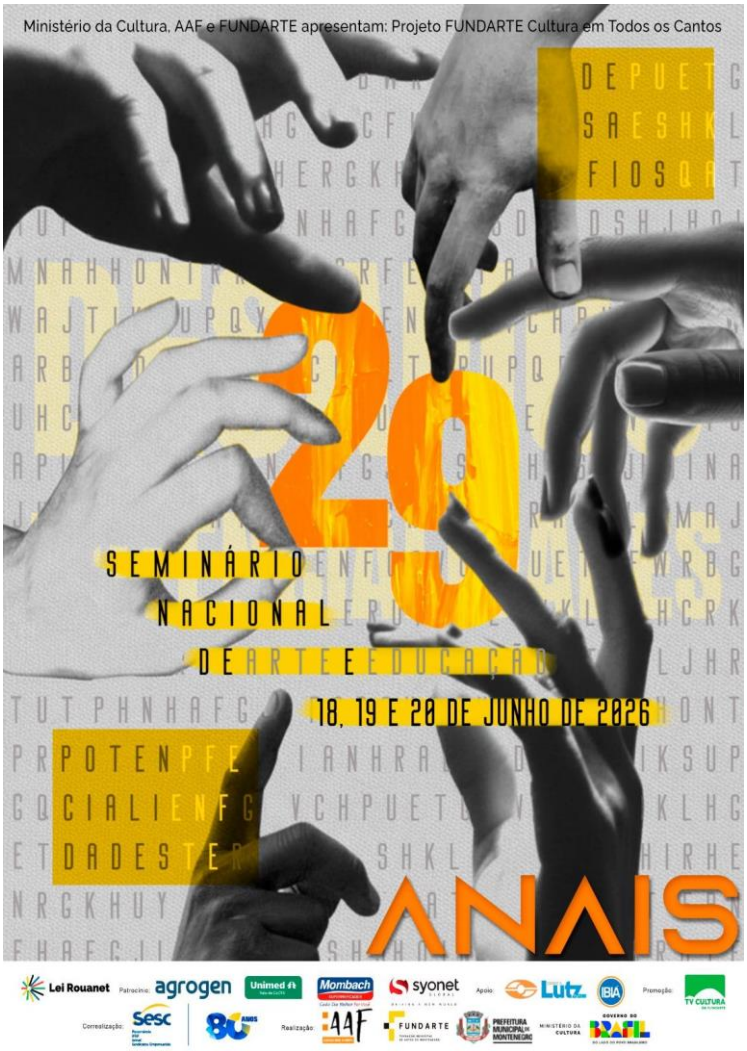


TEATRO, LEITURA E EDUCAÇÃO SEXUAL: O CORPO COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS

Acessibilidade, Violência, Tecnologias e Sustentabilidade.

Giovana Aparecida Veloso de Almeida
Ricardo Carvalho de Figueiredo
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil

Eixo temático; Arte e educação.

Resumo

Este relato analisa uma intervenção pedagógica desenvolvida por licenciandos/as em Teatro em uma escola pública de Belo Horizonte (MG), com base na leitura dramática da obra Não me toca, seu boboca!, de Andrea Viviana Taubman. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, ancorada no relato de experiência e na análise de registros reflexivos produzidos após a intervenção. O

ALMEIDA, Giovana Aparecida Veloso de; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. TEATRO, LEITURA E EDUCAÇÃO SEXUAL: O CORPO COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS. **Anais**....29º Seminário Nacional de Arte e Educação da FUNDARTE – ISSN 2359-6120. Montenegro, e1943Ano 2026. Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

estudo investiga de que modo a leitura dramática pode mediar debates sobre cuidado com o corpo, proteção e prevenção da violência sexual contra crianças, em diálogo com a perspectiva da Educação Sexual Integral (ESI) argentina e com referenciais da Pedagogia do Teatro. Os resultados indicam que a articulação entre mediação docente, jogo e performance vocal favoreceu a criação de um espaço estético e pedagógico de escuta, acolhimento e produção de sentidos. Conclui-se que a prática teatral, no contexto escolar, pode constituir-se como ação formativa comprometida com a garantia de direitos e com a formação ética e sensível de futuros/as professores/as.

Palavras-chave: Pedagogia do teatro; Leitura; Educação sexual.

Educação Sexual Integral e o corpo como território de direitos

Compreende-se a escola como um espaço vivo, onde as normas institucionais coexistem com as práticas cotidianas de estudantes, professores e funcionários. A partir dessa perspectiva, a Educação Sexual muitas vezes se manifesta nas "bordas" da institucionalidade — ou seja, por meio de ações e debates que, embora fundamentais, não estão explicitamente prescritos nas propostas curriculares oficiais.

No Brasil, a Educação Sexual nas políticas curriculares tem sido historicamente atravessada por disputas e modificações, sendo “objeto de intensas disputas ideológicas, em que a presença de grupos conservadores tem conseguido retroceder conquistas importantes alcançadas no campo educacional nas últimas décadas (VICENTE, 2024, p.15).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) representaram um avanço ao reconhecer a Educação Sexual por meio do Tema Transversal Orientação Sexual e orientar sua presença nas diferentes áreas do conhecimento. A partir da premissa de que, para que a escola desenvolva uma visão integrada das experiências vividas pelos estudantes e estimule o prazer pelo conhecimento, é fundamental reconhecer seu papel na promoção de uma educação para a sexualidade em sentido amplo, vinculada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar (BRASIL, 1997). No entanto, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, essa abordagem foi fragilizada.

Na BNCC, a Educação Sexual é abordada de modo tímido, concentrada principalmente no componente curricular de Ciências, sobretudo nos anos finais do

Ensino Fundamental. Nesta proposta, ganham destaque conteúdos ligados à reprodução humana, à prevenção de doenças e aos aspectos fisiológicos, enquanto dimensões sociais, culturais, afetivas e identitárias da sexualidade são deixadas em segundo plano.

A retirada da Educação Sexual da última versão da BNCC é resultado de um projeto de censura iniciado no âmbito político, cujas discussões remontam ao ano de 2010, época de elaboração do segundo Plano Nacional de Educação (Projeto de lei nº 8.035/2010) que prosseguiu nos debates que intermediaram a construção da Base Nacional Comum Curricular com uma série de narrativas de cunho ideológico com forte repercussão no contexto nacional provocando fortes debates na sociedade brasileira. Como consequência, houve a retirada de tópicos referentes ao tema, como as questões de gênero e sexualidade, resultando no enfraquecimento de uma abordagem mais ampla da Educação Sexual na versão oficial da BNCC, homologada em 2018 (VICENTE, 2024).

Diante disso, compreendemos que, em comparação com a proposta transversal presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um retrocesso, ao restringir o debate e dificultar a construção de uma abordagem mais ampla e crítica da sexualidade na Educação Básica. Além disso, a fragmentação do tema e sua abordagem de forma limitada, que muitas vezes levam ao silenciamento da discussão no contexto educacional, refletem-se na ausência de orientações pedagógicas e de encaminhamentos metodológicos que possam subsidiar a atuação docente, comprometendo a preparação das/os professoras/es para o trabalho com a Educação Sexual no contexto da sala de aula.

Tais propostas não são neutras, trata-se de projetos autoritários de uma classe política que, sob o discurso moralista, religioso e de patriotismo lança ofensivas, principalmente, aos projetos que se propõe ampliar a políticas de diversidade e inclusão. “Entre os objetivos dessas ofensivas, adquirem centralidade as disputas acerca da definição dos currículos da educação básica, especificamente pela importância que possuem na definição das políticas de formação de professores e de organização do espaço escolar” (VICENTE, 2024, p. 15).

Por outro lado, a Educação Sexual Integral (ESI) foi instituída na Argentina por meio da Lei nº 26.150/2006, que assegura seu caráter obrigatório em todos os

estabelecimentos de ensino do país, abrangendo da Educação Infantil ao Ensino Superior. A legislação reconhece a ESI como um direito fundamental de acesso ao conhecimento relativo à saúde, ao respeito pela diversidade, à garantia da igualdade de gênero e à produção de saberes críticos que contemplem não somente os aspectos biológicos, mas também psicológicos, sociais, afetivos e éticos". (ARGENTINA, 2006 apud NASCIMENTO, 2024, p. 122).

Nessa perspectiva, a ESI configura-se como uma política pública que compreende a Educação Sexual Integral nas escolas como um espaço sistemático de ensino e aprendizagem, articulado às diversas áreas do currículo. Sua proposta fundamenta-se no trabalho transversal dos temas relacionados a gênero e sexualidade incluindo o desenvolvimento de saberes e habilidades em diálogo com a saúde, as organizações sociais e as famílias (NASCIMENTO, 2024).

Ainda assim, há que se compreender que a escola é um território vivo, onde as estratégias e saberes institucionalizados coexistem com as táticas e saberes dos praticantes da escola. Em meio a um sistema que organiza os lugares, os currículos e normatiza o cotidiano escolar, operam-se rupturas, burlam-se regras, acontecem invenções e transgressões. De modo individual ou coletivo, estudantes, professoras/es e funcionários/as estabelecem acordos, ressignificam saberes e criam outros modos de romper com o lugar instituído, transformando-o em espaço de encontro.

Nesse contexto fronteiriço, a sala de aula configura-se como um território onde estudantes e professoras/es criam táticas para transgredir as formalidades do sistema escolar, apropriando-se dos próprios instrumentos da aula para ressignificar saberes e práticas, exercendo micropolíticas cotidianas. É nesse espaço que emergem possibilidades de diálogo, negociação e problematização de questões de ordem social, permitindo que temas ocultados ou marginalizados no currículo sejam analisados a partir das experiências e das demandas dos sujeitos que compõem o contexto escolar.

Ao considerar a escola como um espaço vivo e adotar uma prática pedagógica de caráter tático, optou-se por articular a obra de Taubman à política argentina de Educação Sexual Integral. Parte-se do entendimento de que a prática teatral possibilita: (1) a identificação e a expressão de emoções, permitindo que a criança reconheça situações de bem-estar ou desconforto; (2) a diferenciação entre

tipos de contato, assegurando o direito de dizer “não”; e (3) a construção de redes de confiança, mediada pela atuação de um adulto responsável pela leitura, escuta e acolhimento. Nesse sentido, a intervenção realizada com a turma do 3º ano de uma escola pública de Belo Horizonte evidencia o reconhecimento do teatro como um espaço privilegiado de proteção e cuidado.

Procedimentos da intervenção

A intervenção foi organizada em três etapas articuladas: preparação, execução e sistematização. A preparação consistiu no planejamento da proposta no contexto da graduação, com estudo da obra literária, definição dos objetivos pedagógicos e elaboração de jogos de aproximação com o livro. A execução correspondeu à realização da atividade com a turma, envolvendo reorganização do espaço, condução dos jogos e leitura dramática coletiva. A sistematização, por sua vez, compreendeu o retorno reflexivo sobre a experiência, a partir das percepções dos/as licenciandos/as e dos efeitos observados durante a atividade.

Os estudantes colaboraram desde a reorganização da sala de aula, espalhando tatames pelo chão, a fim de modificar a disposição do espaço e instaurar um ambiente mais propício à nossa proposta. Ao criar um espaço “mais aconchegante” com os tatames, a ação coletiva entre estudantes, professora regente e licenciandos já produz uma fissura no ordenamento da sala de aula, criando oportunidades para que outros modos de relação entre corpo, aprendizagem e convivência sejam experimentados.

Inspirados nas propostas de apropriação do texto trazidos por Vidor (2015), elaboramos jogos com os próprios livros, buscando instruções que já se aproximavam do livro que seria lido posteriormente às crianças.

Jogo individual com livros – O livro e eu

Organização inicial: Cada criança recebeu um livro físico. Com o livro em mãos, os participantes deviam se movimentar pelo espaço conforme as instruções dadas.

Regras do jogo: 1. Capa do livro: Livro com animais na capa: dentro do círculo; Livro que não apresenta animais na capa: participantes fora do círculo. 2. Quantidade de páginas*: Livros com mais de 50 páginas: agachar; Livros com menos de 50

páginas: permanecer em pé. 3. Cor das páginas: Livros com fundo de página branco: manter o livro próximo ao corpo; Livros com fundo de página de outra cor: manter o livro afastado do corpo. 4. Autoria**: Livros escritos por autoras mulheres: formar um círculo no centro do espaço. Livros escritos por autores homens: formar um círculo na lateral do espaço.

*2. Quantidade de Páginas: Nos casos em que o número de páginas não estiver explícito, os participantes terão um tempo para contá-las e identificar a qual grupo pertencem.
**4. Autoria: Nos casos em que não for possível identificar o gênero da autoria (como em nomes ambíguos ou autores estrangeiros), a tarefa será pesquisar essa informação junto à professora da turma para o próximo encontro.

A proposta desse primeiro jogo foi instigar a aproximação das crianças com os livros, estabelecendo relações entre características dos livros e ações de seus corpos no espaço. Ao longo do jogo, instruções sobre o cuidado com o livro se articulavam com o cuidado em relação aos seus próprios corpos e dos outros.

Jogo coletivo com livros – Detetive de Livros

Organização inicial: Os participantes foram divididos em três grupos, compostos por crianças e licenciandos. Cada grupo recebeu cinco livros e deverá elaborar pistas sobre um desses livros.

Regras do jogo: 1. Critérios das pistas: As pistas poderiam se basear em diferentes aspectos do livro: personagem, número de páginas, elementos visuais ou características específicas, como presença de animais, símbolos nacionais ou elementos da narrativa. Logo, cada pista deveria contribuir para a exclusão progressiva dos outros livros do conjunto. 2. Escolha e elaboração de pistas: Cada grupo escolhe um livro entre os cinco recebidos; O grupo elabora cinco pistas que permita identificar o livro selecionado. 3. Troca entre os grupos: Após a elaboração das pistas, os grupos trocam o conjunto de livros e as pistas; O grupo que recebeu as pistas tenta identificar, por meio delas, o livro escolhido pelo outro grupo. Durante esse processo os grupos analisavam as pistas e, gradualmente, eliminavam os livros

que não correspondiam aos critérios descritos; Cada grupo elege um representante, para explicar a todas as pessoas sobre cada pista recebida e quais foram os critérios utilizados para a escolha do livro e o descarte dos demais.

Nesse processo, os licenciandos atuavam como mediadores, auxiliando na escuta, organização e participação das crianças. As crianças se viram desafiadas a criar as pistas e depois a encontrar as pistas para chegar ao livro escolhido. Finalizada essa rodada de jogos, fomos para a leitura coletiva do livro Não me toca seu boboca!

Considerações finais

Concluímos que a leitura dramática de Não me toca, seu boboca!, à luz da ESI, consolidou nos licenciandos a consciência de que o professor de teatro é um mediador de mundos. A experiência mostrou que a escola pública é lugar privilegiado para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a proteção, o cuidado e a formação sensível das crianças.

> El privilegio comporta entender la escuela como espacio para la construcción de la democracia, incluyente, polifónica, libre. La apreciación de las artes y sus prácticas, es una práctica de enseñanza, exigente para la profesión del profesor dada la riqueza infinita de contenidos posibles (PRICE, 2024, p. 15).

A formação de futuros/as docentes, nesse contexto, requer consistência teórica, sensibilidade ética e atenção às especificidades da infância. Ao transformar o texto literário em acontecimento estético e pedagógico, a Pedagogia do Teatro amplia as possibilidades de escuta, reflexão e proteção no espaço escolar, reafirmando o direito das crianças ao cuidado e à integridade de seus corpos.

Referências:

ARGENTINA. Ministerio de Educación. Educación Sexual Integral para la Educación Primaria: contenidos y propuestas para el aula. Buenos Aires, 2018.

BORGES DOS ANJOS, Camila; CANEVER, Natan. Gênero e sexualidade na educação: a disputa por uma escola democrática em tempos de retrocesso. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 117–140, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.19199. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/19199. Acesso em: 3 maio. 2026.

MERCHÁN PRICE, Carolina. Las formas del teatro para el aula: aportes iniciales para la formación del profesor. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2024.
NASCIMENTO, Felipe Ferreira do. Educação sexual integral na Argentina: um estudo sobre a implementação de políticas de gênero e sexualidade nos currículos escolares. In: CONEDU - Gênero, Sexualidade e Educação, v. 2. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Acesso em: 30 abr. 2026.
TAUBMAN, Andrea Viviana. Não me toca, seu boboca!. Ilustrações de Thais Linhares. Rio de Janeiro: Aletria, 2013.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Curso de graduação em Teatro. Belo Horizonte, 2026. Programa da disciplina: Tópicos em Teatro A: Práticas de aproximação entre teatro e texto na relação com a educação de crianças e jovens. Professor: Ricardo Carvalho de Figueiredo.
VIDOR, Heloíse. Leitura e teatro: aproximação e apropriação do texto literário. São Paulo: Hucitec, 2016.
ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Nome do Autor: Giovana Aparecida Veloso de Almeida
Minibiografia: Licencianda em Teatro desde 2022 na Universidade Federal de Minas Gerais. Monitora do programa PMG UFMG. Ex-bolsista do Projeto de extensão: Teatro na Escola (Edital LICEX 2026). Ex-bolsista do PIBID Artes/UFMG/CAPES (2022-2024).
ORCID: 0009-0003-0870-3632
E-mail: giovanaalmeida2101@gmail.com

Nome do Autor: Ricardo Carvalho de Figueiredo
Minibiografia: Professor da graduação em Teatro e da Pós-graduação em Artes na Universidade Federal de Minas Gerais. É licenciado em Artes Cênicas, Mestre e Doutor em Artes. Coordena o Laboratório de Aprendizagem Cênica (LACE) vinculado ao CNPq.
ORCID: 0000-0001-7106-3592
E-mail: ricaredo@yahoo.com.br